



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Secretaria de Relações de Trabalho

Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima

Câmara Recursal do Amapá

ATA DE REUNIÃO

**ATA CEEXT N° 17/2024 – Câmara Recursal do Amapá**

**Reunião da Câmara Recursal do Amapá da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI – Decreto nº 11.751, de 20 de outubro de 2023.**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às 13 horas, foi aberta a Reunião pelo Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI, Sr. João Cândido de Arruda Falcão, realizada de forma remota, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a participação dos demais membros designados pela Portaria SRT/MGI Nº 4.389, de 18 de abril de 2024..

Assim, em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria 11.946, de 05 de outubro de 2021, esta Comissão adotará os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SRT/MGI nº 1.418 de 12 de março de 2024, na análise, processamento e julgamento de requerimentos de opção e no enquadramento dos servidores, no quadro em extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 60, de 11 de novembro de 2009 (EC 60/2009), à Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014 (EC 79/2014) e à Emenda Constitucional nº 98, de 6 de dezembro de 2017 (EC 98/2017).

**Para julgamento foi apresentado um total de 12 (doze) processos.**

Ato contínuo, após examinar os recursos interpostos contra decisões proferidas pelas Câmaras de Julgamento do Amapá, acompanhado da documentação apresentada pelos(as) requerentes, adotaram as seguintes deliberações:

**Pelo PROVIMENTO DO RECURSO, com encaminhamento de notificação de enquadramento para CONCORDÂNCIA do(a) interessado(a): (03 requerimento)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	ADÃO NETO MARTINS DA SILVA	05504.023075/2018-49	AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	Vínculo com a Prefeitura Municipal de Calçoene	EC nº 98/2017 c/c Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024

2	LEONILDES NEUSA COELHO OLIVEIRA	05504.021919/2018-17	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Efetivo exercício das atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 31, 32, 34 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024
3	VILMA RITA SANTOS FONSECA	05504.003857/2015-19	AGENTE ADMINISTRATIVO	Vínculo com o Governo do Estado do Amapá	EC nº 98/2017 c/c Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024

Pelo DESPROVIMENTO DO RECURSO: (08 requerimentos)

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	CLEIDE MARIA AGUIAR FIGUEIREDO	05504.012546/2018-93	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 35 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024
2	FERNANDO LAERCIO DE AZEVEDO SANTOS	05504.012258/2018-39	ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 36 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024
3	ISAIAS MAIA DE DEUS	05504.024213/2018-15	AGENTE DE POLÍCIA	Não comprovou o exercício de atividade policial até outubro de 1993 em órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amapá	art. 25 da Portaria SRT/MGI nº 1.418/2024
4	MARIA SOCORRO MARQUES ISACKSSON	05504.020093/2018-79	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de Finanças e Controle	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 37 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024

5	MARINETE COSTA DE AZEVEDO DE SOUZA	05504.012329/2018-01	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 35 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024
6	RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS	05504.023566/2018-90	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 36 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024
7	VERA LUCIA ALVES SILVA	05504.022024/2018-08	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Não há permissivo legal para o reenquadramento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018
8	WELLINGTON SANTOS DA SILVA	05504.013179/2018-45	TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/2018 c/c art. 35 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024

Processos necessitando de **COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS:** (01 requerimento)

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	RAIMUNDO JORGE DE ALCANTARA PENALBER	05504.003857/2015-19	ANALISTA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO	Comprovante de exercício ininterrupto por ao menos 90 (noventa) dias de atribuições de planejamento e orçamento	art. 32, parágrafo único, da Portaria SRT/MGI nº 1.418, de 12 de março de 2024

Após deliberação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao setor de notificação da CEEXT para as providências necessárias.

Destaca-se que os fatos e fundamentos que nortearam as decisões das Câmaras de Julgamento estão descritos nos respectivos votos e poderão ser avaliados por cada interessado(a) quando da notificação.

Nada mais a ser tratado, fica encerrada a reunião realizada de forma virtual, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Administração Pública Federal direta.



Documento assinado eletronicamente por Igor Gomes Neiva, Membro de Câmara, em 04/06/2024, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joicyelly Regia de Lima, Membro de Câmara**, em 04/06/2024, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tayane Rocha Martins, Membro de Câmara**, em 04/06/2024, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lacerda Rodrigues Azevedo Netto Pereira, Membro de Câmara**, em 04/06/2024, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Von Borries Lopes, Membro de Câmara**, em 04/06/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Cândido de Arruda Falcão, Presidente(a) de Câmara**, em 04/06/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **42490601** e o código CRC **6F6BB2B7**.

Referência: Processo nº 19975.113980/2021-53

SEI nº 42490601